



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
REQUERIMENTO

Câmara Municipal do Rio Grande

PROCESSO Nº. 74.003

17 / 01 / 1992

COPIADO
DO
ORIGINAL

Exmo. Sr. Presidente

			ATA Nº.
EXPEDIENTE	/	/199	-----
ACEITO EM	/	/199	-----
APROVADO EM	/	/199	-----
REJEITADO EM	/	/199	-----
ARQUIVO			-----

A VEREADORA abaixo assinada requer a V. Exma., após ouvida a Casa seja encaminhado às comissões temáticas o seguinte:

PROJETO DE LEI

Cria o Conselho Municipal da Mulher e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal da Mulher, órgão deliberativo, com a finalidade de formular e promover políticas governamentais, medidas e ações para a garantia dos direitos da mulher.

Art. 2º - Compete, principalmente, ao Conselho Municipal da Mulher

I - Coordenar os Centros de Acolhida para a mulher vítima de violência

II - Desenvolver estudos, projetos, debates, e pesquisas relativos à condição da mulher, buscando combater as discriminações que a atingem e ampliar os seus direitos.

III - Colaborar e orientar os demais órgãos e entidades da Administração Municipal no que se refere a planejamento e ações referentes à mulher.

IV - Incorporar preocupações e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias.

V - Criar instrumentos concretos que assegurem a participação da mulher em todos os níveis e setores de atividade a nível municipal, ampliar as alternativas de emprego para a mulher.

VI - Promover articulações, intercâmbios e convênios com instituições públicas e privadas com a finalidade de implementar as políticas, medidas e ações objetos do Conselho.

Art. 3º - O Conselho Municipal da Mulher será composto por quinze (15) Conselheiras com suas respectivas suplentes, nomeadas pelo Prefeito Municipal, após consulta aos movimentos organizados de mulheres, assim indicadas:

I - Nove (9) mulheres da comunidade:

a) uma representante da Pastoral da Mulher;

b) uma representante da Intersindical;

PRESIDENTE



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
REQUERIMENTO**

Câmara Municipal do Rio Grande

PROCESSO Nº.

/ / 199

- c) uma representante da Universidade Federal de Rio Grande;
- d) uma representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- e) uma representante da Central dos Movimentos Populares;
- f) duas representantes de Partidos Políticos;
- g) uma representante do Albergue para mulheres vítimas de violência;
- h) uma representante da União Riograndina de Associações de Bairros;

II - Seis (6) mulheres representativas de instituições públicas:

- a) uma representante da Secretaria de Cidadania e Ação Social;
- b) uma representante da Secretaria da Saúde;
- c) uma representante da LBA;
- d) uma representante da Câmara Municipal;
- e) uma representante da Delegacia ou Posto da Mulher;
- f) uma representante da Secretaria de Educação.

Parágrafo único - As representantes dos Partidos políticos serão democraticamente por eles escolhidos, garantindo-se alternância entre eles nas indicações.

Art. 4º - O mandato das conselheiras será de dois (2) anos, permitindo-se uma única recondução.

Art. 5º - O Conselho Municipal da Mulher elegerá uma Coordenação Executiva composta por cinco (5) coordenadoras para organizar suas atividades.

Art. 6º - Ao Conselho Municipal da Mulher é facultado formar comissões provisórias ou permanentes, objetivos apresentados projetos e propor medidas que contribuam para a concretização de suas políticas.

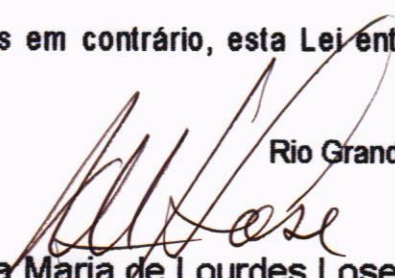
Art. 7º - O Prefeito Municipal diligenciará a nomeação das conselheiras do Conselho Municipal da Mulher nos sessenta (60) dias seguintes à publicação do ato de sua criação.

Art. 8º - Fica criado um Fundo Municipal do Conselho Municipal da Mulher a fim de captar e aplicar recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho ao qual é órgão vinculado.

Art. 9º - O Conselho Municipal da Mulher diligenciará a aprovação do seu Regimento Interno no prazo de trinta (30) dias após a nomeação de suas conselheiras.

Art. 10º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 17 de janeiro de 2000


Vereadora Maria de Lourdes Lose
líder da Bancada do PT

PRESIDENTE



Cópia

Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal do Rio Grande

Júlio Rodrigues
Consultor Jurídico

PARECER Nº. 154/2000.

ORIGEM: CCJ, por seu Presidente Ver. Dante.

PROC. Nº. 74.013

Nesta Consultoria para Parecer o Projeto de Lei de Autoria da Ver. Maria de Lourdes Lose, com a seguinte ementa: ***Cria o Conselho Municipal de Comunicação Social e Dá Outras Providências***".


O projeto em exame, com pouquíssimas alterações, na verdade retorna neste período legislativo, eis que, matéria semelhante foi, por nós, analisada no Proc. nº. 69.408, de 13 de julho de 1998.

A época, já emitíamos parecer pela ***inconstitucionalidade***, pois, os CONSELHOS, de modo geral, são organismos que se inserem na estrutura da administração, razão pela qual, para a sua "criação e/ou alteração" dependem da ***iniciativa*** do Poder Executivo, face ao que dispõe o art. 60, Inciso II, letra "d", da Constituição Estadual, recepcionado ainda, pelo princípio insculpido na Lei Fundamental, art. 61, § 1º, II, letra "e".

Devemos ainda, mencionar aqui, as várias decisões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, em ações diretas de inconstitucionalidade, todas referentes a nossa Câmara, quando "criamos", através da Lei Orgânica os CONSELHOS Municipal de Cultura, do Meio Ambiente, da Saúde, da Reserva Ecológica do Taim entre outros. (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 590068987, julgada em 06.05.1991);

Assim sendo, ratificando pareceres anteriores, somos de opinião que o presente projeto encerra matéria inconstitucional. S.m.e., é o Parecer.

Em 23022000


Júlio Rodrigues
CONSULTOR JURÍDICO



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Assunto :

PARECER

PROCESSO Nº 74.003

Esta Comissão, após apreciar o projeto de Lei, constante do Processo acima mencionado, declara tratar-se de matéria CONSTITUCIONAL.

Este o parecer desta Comissão, que o submete à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, 21 de 2 de 1992 2000

[Signature]
Presidente

[Signature]
Vice-Presidente

[Signature]
Secretário

[Signature]
Membro

[Signature]
Membro

*Consultor Jurídico
21/2/2000
Dante Lazzari*

*ADOPTAMOS, no que cabe, o
como parecer desta Comissão
te o parecer de n.º 74.013,
sua e o de n.º 74.013,
27/02/00*

*Wilton Rodrigues
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA*

*A CES acolhe o
parecer do eminente
Consultor Jurídico.
02.03.2000*



Estado do Rio Grande do Sul
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Assunto :

PARECER

PROCESSO Nº 74515
(PZCUP40)

Esta Comissão, após apreciar o projeto de Lei, constante do Processo acima mencionado, declara tratar-se de matéria CONSTITUCIONAL.

Este o parecer desta Comissão, que o submete à deliberação do Plenário.

Sala das Comissões, _____ de _____ de 199 _____

Soto.
1) Recebido o recurso, eis que
tempestivo.
2) Wega-se proeminente, ratificando
parecer da Base Legal Jurídica
em totum.

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Membro

Membro